

Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, educação e cidadania

Entrevista com Hermes Zaneti

NALÚ FARENZENA

Em 16 de dezembro de 2008, o prof. Hermes Zaneti concedeu entrevista à editora associada da RBPAAE, Nalú Farenzena, nas dependências da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Hermes Zaneti atua hoje como advogado e preside a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Uva e do Vinho.

Foi líder sindical do magistério, tendo presidido o CPERS (Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul), a CPB (Confederação de Professores do Brasil) e a Organização Mundial de Professores. Exerceu mandato como deputado federal, pelo PMDB, em duas legislaturas: 1983-1987 e 1987-1991. Durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, presidiu a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes. Depois de aprovada a Constituição da República, atuou incisivamente, juntamente com um grupo de deputados bastante comprometidos com os assuntos do setor da educação, na tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando a formatação de um texto que consolidasse princípios inscritos na Constituição, dos quais destaca-se a democratização da educação – nas mais diversas facetas abrangidas por esse formulação – e o fortalecimento das responsabilidades públicas para com a educação.

Na trajetória de elaboração da Constituição, a área da educação foi primeiramente debatida e objeto de deliberações na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, seguindo-se discussões e votações da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, depois a Comissão de Sistematização e as votações de plenário. A entrevista com o Prof. Zaneti tratou, em especial, de suas vivências deste período, além de ter sido solicitada sua apreciação sobre os desdobramentos e desafios a partir do que foi deliberado sobre a educação na Constituição de 1988 e nas reformas constitucionais do setor.

RBPAAE. O senhor foi um parlamentar que integrou a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988. Presidiu a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes. Na sua opinião, e de modo geral, qual o significado histórico do texto constitucional aprovado para a área da educação?

HERMES ZANETI. A criação de uma nova Constituição para o Brasil, neste processo constituinte, foi um momento mágico, não creio que muitos países tenham

tido um processo de auto-gestão política, nascido do conjunto do povo, como foi o da elaboração da nova Constituição do Brasil. Algumas pessoas hoje me dizem que estaria na hora de fazermos uma nova Constituição. Eu sou contra, pois jamais conseguiríamos uma mobilização popular com tanto ardor, com tanta vontade, com tanta participação como a que tivemos para escrever esse texto. Tanto que ele incomodou as forças conservadoras, e as incomoda até hoje. Os artigos que não conseguimos regulamentar, ao invés de serem regulamentados são acusados de detalhismo, de desnecessários, ou se diz que não deveriam estar no texto constitucional.

Esse processo foi amplo e nascido dessa vontade de construção de um momento de liberdade, decorrente, naturalmente, das peculiaridades daquele momento de “sufoco” que vivia a sociedade brasileira. Agora, jamais na história do Brasil tivemos um período como este que estamos vivendo, há vinte anos, de liberdades democráticas. Isso é importante frisar, diante do grande problema que temos no país, que é o das desigualdades sociais. Só que nos últimos anos, em decorrência dessa liberdade, estamos conseguindo reverter esse processo, o que prova que a supressão da liberdade para construir a igualdade obteve fracasso histórico. **O processo do Brasil prova que a liberdade pode construir mais igualdade. E a esse processo está ligada a educação.**

O movimento que gerou e gestou a nova Constituição teve uma amplitude política muito maior do que aquilo que se poderia esperar de profundidade e motivação para a educação, quer dizer, estamos ainda muito longe de termos para a educação a vontade coletiva de construí-la da forma como nosso país precisa para obter um futuro adequado.

Minha visão é que estamos, ainda, no Brasil, sem uma proposta de educação que garanta o futuro que aspiramos para o nosso país.

Eu fiz uma conferência para um encontro latino-americano de supervisores escolares e nesta oportunidade expus uma visão de que temos ainda a “escola do atraso”; a educação ainda não desempenha o papel de vanguarda que lhe caberia. E isso porque não há, ainda, uma consciência para gerar motivação suficiente, inclusive de parte dos governantes, para forçar que se criassem as condições de construir uma proposta de educação condizente com a sociedade na qual vivemos. Ainda temos, em geral, escolas que funcionam na base do “cuspe e giz”, quando vivemos uma sociedade universal. Uma escola que, por exemplo, não tenha *internet*, é uma escola que não está adequada à sociedade contemporânea, é uma “escola do atraso”. Desse modo, as crianças vão para a escola e depois tem que ir para alguma outra instituição para aprender as coisas que a escola não lhes ensina. O atual ministro de educação atua desde o primeiro mandato de Lula, em geral há uma apreciação de que ele está fazendo uma boa gestão, mas penso que está dentro do quadrado; não há inovações significativas; não se vê um movimento efetivo de liderança, através do ministro e do conjunto de secretários estaduais e municipais, que cumpra um papel efetivo, capaz

de criar caminhos novos e fazer emergir uma proposta forte de educação capaz de mobilizar a sociedade brasileira, isso não existe.

RBPAE. Quais foram os temas mais debatidos na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes? Seria possível identificar um tema que tenha sido central, no que diz respeito à educação?

HERMES ZANETI. Quando presidi a Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembléia Nacional Constituinte, pude detectar que se interessavam pelas questões de educação apenas os educadores.

A grande disputa era entre a escola particular e a escola pública, esse pode ser considerado um divisor de águas. Outra grande disputa foi a fixação de um percentual mínimo da receita de impostos a ser destinado à educação. Conseguimos manter a vinculação de recursos para a educação, pois contamos com uma contribuição importante do Senador João Calmon e de algumas lideranças. Mas, por exemplo, José Serra, que é um economista muito respeitado, hoje governador de São Paulo, teve com ele “engalfinhamentos” poderosos nas outras etapas da Constituinte, porque ele era totalmente contra qualquer vinculação. Para surpresa minha, quando ele foi ministro da saúde, procurou vincular recursos públicos também para a área da saúde.



Manifestação Estudantes e Professores. 19.05.1988.

Fonte: Acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados

Agora, é importante frisar que o assunto “educação” interessava aos educadores. A maior prova disso é de que as grandes lideranças industriais, políticas, institucionais, por exemplo, discutiam economia, o solo, as grandes questões econômicas. E depois exigem que se lhes forneça pessoas qualificadas, dizem que da educação é que se pode esperar o material humano capaz de transformar o país ou colocá-lo noutra estágio de desenvolvimento, mas é discurso, não há consciência efetiva da educação como investimento real que dá resultado.

RBPAE. Como era a correlação de forças na subcomissão e nos demais momentos da Constituinte? Pode-se dizer que as posições político-partidárias marcavam propostas muito diferentes para a educação?

HERMES ZANETI. Sim, é possível dizer isso.

Mas é importante reiterar que o José Serra brigou pela fixação de um percentual de gasto em saúde apenas quando foi ministro da saúde. Quando era uma das estrelas da Constituinte, enquanto economista era contra qualquer vinculação de recursos públicos, inclusive para a educação; então se percebe que, para ele, a saúde se tornou tão importante que merecia uma vinculação, mas a educação não.

Claro que havia uma visão ideológica de educação. A direita defendia a escola particular e queria todas as benesses para a escola particular; a esquerda, em especial um grupo – que tinha, entre outros, Florestan Fernandes, Jorge Hage, Octávio Elísio e eu – se empenhou, permanentemente, em defesa da escola pública. Muitas propostas foram discutidas, exatamente no sentido de defesa da escola pública. **Uma das grandes discussões que se fez foi a distinção entre igualdade de oportunidades e igualdade de condições.** A direita defendia igualdade de oportunidades e eu pude liderar um movimento que argumentava que não havia como garantir igualdade de oportunidades sem oferecer igualdade de condições, eu até dava exemplos objetivos da época, mostrando uma questão de fundo: a igualdade de oportunidades só poderia existir com igualdade de condições e, daí, pode-se imaginar o que era discutir com os conservadores, com a direita, a igualdade de condições, porque aí se apresentava toda uma perspectiva ideológica.

RBPAE. Então a esquerda venceu, pois, no texto da Constituição, um dos princípios da educação é o da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

HERMES ZANETI. Sim, e isto é texto meu e a profundidade e a dimensão disto talvez pouca gente consiga entender, assim como não se tem noção do que foi a briga em torno deste assunto. Muitas pessoas não têm idéia do que foi a guerra para construir este texto de Constituição. E quando acusam a Constituição de ser muito detalhada, muito avançada, é importante registrar que nós tínhamos absoluta convicção disto. **Nós estávamos escrevendo uma constituição para ser o “gancho do alpinista”, que pudesse ser um apoio para a sociedade brasileira, para**

construir-se na direção de uma nova estrutura social. Hoje eu percebo, e é aceitável isso, que a juventude não tem idéia do que foi a nossa luta para construir este período de liberdade que eles estão podendo viver.

Sugeri ao Lula, e ele realizou, um encontro sobre os 20 anos da Constituição, reunindo mais de 300 constituintes, no dia 5 de dezembro de 2008, em Brasília. A idéia era de fazer chegar à sociedade brasileira, especialmente aos mais jovens, a riqueza deste momento, e o quanto ele nos oferece de oportunidade para construir uma outra estrutura social, absolutamente necessária para a sociedade brasileira.

Hoje vivemos numa sociedade violenta, mas a base disso é a injustiça social. E a liberdade pode vencer essa injustiça, nós estamos num processo de liberdade, mas ainda mais restritos às liberdades formais – de ir e vir, falar, reunir, questionar, pensar. Ainda não estamos na era das liberdades fundamentais – liberdade de ter, de poder se alimentar bem, de viver bem, de ter moradia, de ter assistência à saúde, enfim, de ter atendidas aquelas necessidades básicas de fato da vida. A liberdade oferece a oportunidade de construir essa era; neste sentido, mesmo que timidamente, estamos avançando.

RBPAE. Como você avalia a participação de atores que não os parlamentares constituintes no processo? Há atores deste tipo a destacar? Ou contribuições relevantes destes atores para o texto da educação na constituição?

HERMES ZANETI. Houve participação da sociedade civil, contudo, há que destacar, novamente, uma participação daqueles que tinham mais a ver com a educação. Enquanto podia se ver nas outras subcomissões a atuação de entidades mais coletivas (no sentido da vida como um todo), nos assuntos da educação havia a presença tão somente e apenas das entidades que tinham a ver diretamente e objetivamente com a educação. O sindicato que representa as escolas particulares estava sempre presente, sempre tentando influir através dos seus constituintes. Sempre estiveram muito presentes a CPB (Confederação dos Professores do Brasil) – atual CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação) – e a ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior).

Lembro-me de muitas freiras, de instituições de educação confessionais, defendendo, principalmente, o ensino religioso. Lembro que Florestan Fernandes defendeu candentemente a escola laica e, então, a defesa do ensino religioso foi um ponto muito importante, muito questionado, envolvendo muito conflito.

Quero reforçar que a sociedade civil teve uma presença significativa como um todo no processo constituinte. **Eu nunca tive notícia de uma participação tão efetiva da sociedade civil como no processo da Constituinte de 1987-1988 no Brasil.** E é fácil constatar isso no resultado, porque, se fôssemos tomar o perfil de cada um dos constituintes, veríamos uma pirâmide invertida: a maioria dos constituintes representando os interesses da minoria do povo, e vice-versa; o texto da Constituição é inverso a essa pirâmide.

Nós iniciamos, em cinco pessoas, um movimento chamado MUP (Movimento de Unidade Progressista), este tomou corpo e foi capaz de enfrentar o “centrão”; este se constituiu como um rolo compressor para esmagar a minoria mais progressista, e não conseguiu, porque denunciávamos quem eram; em cada estado havia lideranças articuladas, se fazia material divulgando quem tinha votado o quê, antes das votações importantes mandávamos emissários para pressionar este ou aquele constituinte. E isto nos fez vencer. Vivemos uma luta, mas muita luta mesmo, acirrada, de ir às vias de fato. Eu mesmo fiquei conhecido como o “brigão da Constituinte”.

RBPAE. No processo de discussão, negociações e votações de diferentes substitutivos (subcomissão, comissão, sistematização), há momentos que você entenda como mais marcantes? Você poderia citar um momento de muita satisfação para você? E um momento de maior incerteza ou apreensão?

HERMES ZANETI. Satisfação foi a aprovação do direito de voto aos 16 anos. Essa foi uma proposta apresentada por mim e aprovada. Creio que foi um ponto muito importante.

O voto aos 16 anos foi por mim considerado como um instrumento poderoso ao longo do tempo, tem a ver com a idéia própria de nossa luta pelo tipo de Constituição que construímos, que era a oportunidade de o povo construir um caminho, e o voto é instrumento para isso; e a juventude tem a garra, a determinação, a visão revolucionária para fazer isso.

Tentei aprovar o direito de voto em 1985, para que os jovens pudessem votar na eleição de parlamentares que fariam a Constituição, pois quem iria viver mais tempo sob a égide da nova Constituição seriam os jovens. Na campanha política de 1986, defendi essa proposta. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, a discussão do voto aos 16 anos foi uma guerra, tive um embate muito forte com o ministro do exército à época, ele era contra a proposta, dizia que não poderíamos dar o direito de decidir quem iria dirigir o Brasil a quem não tinha o direito de dirigir um automóvel. Fui à tribuna e argumentei que havia uma lei estipulando que o jovem, aos 16 anos, podia voluntariamente apresentar-se para defender o Brasil em caso de declaração de guerra. O seja: o jovem poderia morrer em defesa da pátria, e não poderia votar? Depois disso, o ministro informou que não interferiria mais no assunto.

Florestan sugeriu que eu falasse com Afonso Arinos para obter apoio à proposta. Falei com ele, e combinamos dividir um tempo de fala na votação do texto final da Constituição. Afonso Arinos disse que me faria uma surpresa. Eu falei, e Afonso Arinos, no final da respectiva fala, disse “quero advertir a essa Assembléia que uma das mais graves crises da história de nosso país foi resolvida na época do Imperador Pedro II, quando ele foi declarado com maioria, na idade de 15 anos”.

Estou insistindo nisso, pois tem a ver com educação, com educação política.

Aliás, acho que a escola brasileira deveria dar mais atenção à educação política. A cultura brasileira ainda é de reclamação, de responsabilizar os outros,

uma cultura de uma sociedade, no máximo, “adolescente”; há mais de vinte anos vivemos numa sociedade na qual o povo não tem mais o direito de se queixar de seus políticos, pois os governantes são eleitos pelo voto. Portanto, está na hora do povo escolher com consciência. E para isso a escola pode contribuir. Briguei pelo direito de voto aos 16 anos justamente por isso, porque a maioria da juventude, nessa idade, ainda está na escola. Entretanto, a escola não está cumprindo a sua função de educação política. Fui fazer uma palestra para estudantes e perguntei a eles “quem aqui não tem nada a ver com política?”. Todos levantaram a mão. Então, fiz uma série de perguntas a eles, que tinham a ver com seus cotidianos, mostrando que tudo tem a ver com política. Mas a escola, em geral, não tem feito isso. Não estou falando de catequese política, de partidarização, mas sim de discussão política dentro da escola: quais são os partidos, quais são os candidatos, no que a política influencia em nossas vidas, como é o processo eleitoral; tudo isso para fomentar a consciência que o voto é o mais poderoso instrumento de transformação social. E foi por isso que briguei para aprovar o voto aos 16 anos. Esse foi um ponto de maior conflito dentro da Constituinte. Houve um deputado que chegou a rasgar o texto da Comissão de Sistematização porque tínhamos conseguido aprovar o voto aos 16 anos. Essa reação se deve à percepção de que a juventude tem uma atitude revolucionária mais avançada que os adultos e é disso que a direita tem medo. E isso ficou provado logo em seguida, com os “cara pintadas”, que tiraram Collor da presidência da República.

Um momento de muita apreensão foi o de criação do “centrão”. Este momento ameaçou a própria sobrevivência do processo constituinte. Naquele momento, a habilidade de Ulisses Guimarães foi absolutamente fundamental. Nesse momento, sim, corremos riscos, e nós nos preparávamos para os embates, discutindo estratégias.

RBPAE. O texto original da Constituição foi sofrendo mudanças ao longo dos anos, já temos mais de 50 emendas e duas que alteraram vários dispositivos da educação (emendas 14/96 e 53/06). Qual a sua opinião sobre essa evolução? A Constituição continua merecedora do atributo de “cidadã”?

HERMES ZANETI. Estou convicto que sim. Porque ajudou a criar um clima que não se desfez, ela continua sendo uma referência, embora tenha sido agredida ao longo do tempo. Isso é uma prova de que construímos um instrumento que não foi, a seu tempo, compreendido suficientemente, defendido suficientemente pelo conjunto da sociedade brasileira. A sociedade continua sendo vítima de articulações, de processos, de instituições que detém poder, no sentido de minorias em relação a maiorias. Mas, insisto, no geral essa edificação foi muito importante, estou convencido de que a aprendizagem de nosso povo sobre o valor da liberdade, embora não de todo ainda consciente, é uma garantia de que não se aceitem retrocessos em termos de cerceamento da liberdade. E é muito importante registrar que o grande

medo de Ulisses Guimarães era de que perdêssemos o processo constituinte e que retornássemos ao processo de cerceamento de liberdades. E esse medo não era gratuito, pois ele tinha informações que não tínhamos, mas ele era muito cuidadoso, em vários episódios houve efetiva ameaça de retorno à ditadura militar. Na época da Assembléia Constituinte havia ainda um risco real e efetivo de retrocesso, muitas vezes circulavam boatos muito preocupantes; muitos de nós não acreditávamos nisso, até porque, do contrário, não teríamos exercido os papéis que nos cabiam. Havia um grupo significativo que militou com crença absoluta na verdade, na justiça, com base no entusiasmo, sem julgar interesses de ordem pessoal, com a visão desprendida de qualquer outra coisa que não fosse pensar numa sociedade na qual gostássemos de viver, e que o povo pudesse ter essa possibilidade.

Com o mesmo entusiasmo e mesmo espírito de luta, após a promulgação da Constituição começamos a trabalhar em torno da elaboração da lei de diretrizes e bases da educação.

Na medida em que nosso povo vá ganhando consciência, e na medida em que a escola possa entender o quão fundamental ela é nesse processo político, muita coisa pode mudar. Pode mudar por pressão popular. E eu invoco como testemunha a virada que nós demos na Constituinte, nós éramos uma minoria e construímos um texto com a expressão de maioria de votos e conseguimos isso por uma luta que fazíamos lá dentro, mas, principalmente, porque nossa luta tinha o suporte da opinião pública brasileira, da mobilização popular. E é esse o medo que eu tenho em relação à educação, não há ainda um grau de maturidade, de consciência coletiva, de interesse público nacional no sentido de povo, de assumir uma via de construção de uma nova sociedade a partir de um aprofundamento de estruturas, enfim, de toda uma base para a educação.

r **NALÚ FARENZENA** é mestre e doutora em Educação pela UFRGS, é professora da Faculdade de Educação da UFRGS e editora associada da RBPAAE. E-mail: nalu.farenzena@ufrgs.br